



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

Turismo e arqueologia na Amazônia – Brasil: aspectos de preservação e planejamento¹

Silvio Lima Figueiredo
Universidade Federal do Pará²

Edithe Pereira
Museu Paraense Emílio Goeldi³

Resumo

O trabalho visa expor os problemas encontrados nos sítios arqueológicos do Estado do Pará - Amazônia - Brasil, principalmente nos municípios de Monte Alegre e Geraldo do Araguaia. Nesses municípios foram, criadas unidades de conservação - Parque Estadual Monte Alegre e Parque Estadual Serra das Andorinhas - onde estes sítios constituem um dos principais atrativos turísticos divulgados por agências especializadas. Nas pesquisas realizadas, observou-se a necessidade de ações para o uso do patrimônio arqueológico pela atividade turística como: criação de uma equipe multidisciplinar para a pesquisa e gestão; definição de um pré-zoneamento do sítio; critérios para definir as áreas intangíveis e de visitação; identificação das áreas que podem receber a visitação e ações educativas; construção de estruturas para facilitar o acesso e proteger os sítios; criação de documentos informativos sobre os resultados das pesquisas e capacitação de guias especializados.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico, turismo, Amazônia.

1. Introdução

Os desafios do mercado turístico e sua diversificação em nome da inovação de produtos e de novas possibilidades de organização e venda de viagens formam os painéis onde o turismo arqueológico, ou arqueoturismo, vem se desenvolvendo. Vestígios arqueológicos sempre despertaram muita curiosidade de viajantes e turistas. Amadores e especialistas fascinados pelo exotismo e pela beleza das peças arqueológicas amazônicas formaram, no final do século XIX e na primeira metade do século XX, importantes coleções

¹ Pesquisa realizada com o financiamento do CNPQ. Trabalho apresentado ao GT - Interfaces com o Desenvolvimento, a Cultura e o Meio Ambiente do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo.

² Graduado em Turismo pela Universidade Federal do Pará (1993) e em Administração pela Universidade da Amazônia (1990), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Pará (1998) e Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (2005). Atualmente é professor/pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e da Faculdade de Turismo da Universidade Federal do Pará. slima@ufpa.br

³ Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Pará (1982), mestrado em História (área de concentração em Pré-história Brasileira) pela Universidade Federal de Pernambuco (1990) e doutorado em Arqueologia e Pré-História pela Universidade de Valência - Espanha (1996). Atualmente é Pesquisador Associado III do Ministério da Ciência e Tecnologia, atuando no Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém. edithe@museu-goeldi.br



numa época onde os interesses da pesquisa convergiam principalmente para a coleta de belas peças, preferencialmente, inteiras para serem expostas em Museus.

Apesar do desenvolvimento da Arqueologia como ciência social e disciplina acadêmica durante a segunda metade do século XX, tal situação se manteve sem grandes alterações até aproximadamente o final da década de 1980. A partir daí, se inicia um período de valorização da visita aos sítios arqueológicos. Essa mudança vem ocorrendo de forma gradual e conta com a ajuda, por um lado, da mídia, e, por outro, do movimento de valorização da natureza pela sua estética. Esta última motivou o incremento de atividades como o ecoturismo, na carona das políticas de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto e, acompanhando a onda de ações relacionadas à conservação ambiental, a visitação aos sítios arqueológicos começa a despertar o interesse do público que anseia, agora, ver os vestígios arqueológicos e conhecer as informações sobre os objetos arqueológicos nos próprios locais de onde foram encontrados.

No Brasil, esse conjunto de informações tem contribuído para aumentar a curiosidade do público leigo pela pré-história estimulando, conseqüentemente, o interesse em conhecer os lugares onde há milhares de anos viveram nossos antepassados. Aos poucos, os sítios arqueológicos brasileiros passaram a ser considerados como uma opção de turismo no país e na Amazônia não tem sido diferente. Visitados inicialmente de maneira informal, rapidamente alguns sítios arqueológicos passaram a fazer parte de roteiros turísticos na região amazônica.

2. O Turismo e o Patrimônio Arqueológico

O turismo é um fenômeno recente, digamos que seu nascimento tem data, 1841, na organização de uma viagem na Inglaterra, por Thomas Cook. Ele realiza o que nós poderíamos chamar de agenciamento da viagem. Ele cria o “pacote turístico”, organiza os elementos dispares presentes no ato de viajar, e os comercializa (FIGUEIREDO, 1999 e 1999b).

Assim como a atividade turística é recente, a possibilidade de estudá-la como fenômeno também é recente, apesar da viagem ser uma manifestação humana antiga, por muito tempo não foi alvo de estudos acadêmicos. Tanto a viagem em geral, assim como o turismo, só se apresentam como objeto de um corpo teórico-metodológico, uma disciplina, a partir de meados do século XX, com a chamada escola de Berlim, e com a formação de um dos primeiros conceitos sobre turismo forjado na Universidade de Berna, em 1943.

Essas informações são importantes para que possamos entender por que só agora as relações entre o turismo e a arqueologia começam a ser estudadas. Assim, não é surpresa

quando encontramos arqueólogos sem saber como agir com a atividade turística e turismólogos sem saber como agir com o patrimônio arqueológico.

Sobre essa relação, os estudos turísticos se concentram no que hoje acaba por ser conceituado por Turismo Arqueológico, ou Arqueoturismo, que tem suas bases em dois outros tipos de turismo: o turismo cultural e o ecoturismo.

Na composição do produto turístico, os itens da natureza e da cultura têm um valor destacado especialmente aqueles que, por um motivo ou por outro, são excepcionais - ou num conceito mais moderno de patrimônio, são singulares -, importantes para a sociedade que os produziu e marca de identidade e territorialidade.

Os bens arqueológicos têm um potencial enorme de atração turística, por isso são tão valorizados. Mas, essa valorização se potencializa em função de alguns elementos, como as facilidades de acesso ao sítio arqueológico, a possibilidade de visualização ou manipulação dos objetos, a importância na história local e nacional, a beleza plástica da arte e dos objetos, além das construções e monumentos antigos.

O turismo pode ser visto então como um fator importante na conservação do patrimônio arqueológico desde que sejam tomadas medidas apropriadas para o manejo dos sítios. Dessa forma ele poderá tornar-se um grande motivador econômico da manutenção dos sítios ao mesmo tempo em que os adapta para visitação, transformando-os em recurso importante de um produto turístico ao mesmo tempo em que possibilita a constru o de uma consciência para a preserva o do patrimônio arqueológico.

No entanto, o turismo predatório pode, contrariamente, pôr em risco esse patrimônio, pois pode se perder o controle da quantidade de visitantes que uma área tão frágil pode permitir. Além disso, a transforma o desse elemento da cultura dos povos em produto vendável pode vir a alterar (ou não) sua significa o identitária para transformá-lo em componente de uma mercadoria.

No Brasil, o patrimônio arqueológico   protegido por leis federais, estaduais e municipais. No entanto, o gerenciamento desse patrimônio ainda deixa muito a desejar. A retomada do hábito da forma o de cole es arqueológicas por leigos que, por sua vez, incrementa o mercado ilícito de compra e venda de peças arqueológicas   um exemplo do não cumprimento da legisla o. Acrescente-se a isso a divulga o prematura de sítios sem que tenham sido feitos os estudos necessários ou onde não se tenha incrementado uma infra-estrutura que permita sua visita o pública sem riscos ao sítio e ao próprio visitante. Fica então evidente a rela o do turismo e da arqueologia que, no conceito produzido por Funari, (2003) “segundo um ponto de vista tradicional, o objeto da arqueologia seria apenas as “coisas”, particularmente os objetos criados pelo trabalho humano (os “artefatos”), que constituiriam os “fatos” arqueológicos reconstitu veis pelo trabalho da escava o e restaura o por parte do arqueol go”.

Assim a Arqueologia pode ser entendida como o estudo da cultura material em sua rela o com o comportamento humano – as manifesta es físicas das atividades do homem, seu lixo e seu tesouro, suas constru es e seus túmulos. Ela se ocupa t mbe m do ambiente em



que o gênero humano se desenvolveu e no qual o homem ainda vive. Isto pode incluir fatores sobre os quais ele tem pouco ou nenhum controle, como o clima, as marés; pode incluir também o modo como o homem, entre outros animais (mas numa extensão muito maior do que, por exemplo, os castores), transformou a paisagem, o mundo animal e, recentemente, a atmosfera; e a química do mar, dos lagos e dos rios.

Não é qualquer sítio arqueológico que serve como elemento de um produto turístico. Para isso, é necessário conhecer os vários tipos de sítios existentes. Apesar de sua grande variedade é possível classificar os sítios arqueológicos em distintos grupos ainda que esta divisão depende muito dos critérios empregados, existindo logicamente uma hierarquização destes últimos. Se a referência é a época em que se realizou a atividade, teremos uma classificação cronológica (paleolítico inferior, Neolítico recente, Idade do Bronze, etc.) que costuma ser a primeira que se estabelece, seguida pela que se baseia na funcionalidade (sítio habitação, cemitério, de caça, ritual, etc.). No caso de se desejar maior detalhe sobre o sítio se pode estabelecer uma tipologia em função de sua posição geográfica: de montanha, vale fluvial ou costeiro, em gruta, ao ar livre, na planície, sobre morro, etc. Por fim, seguramente, fará falta – outro dos critérios – si se trata de um sítio temporário (provavelmente estacional) mas de ocupações repetidas ou permanente; de curta duração (por exemplo de uma única fase) ou o suficientemente longa para poder distinguir diferentes fases ou períodos em seu desenvolvimento; também poderíamos falar de sítios com estratificação e sem estratificação, alterados ou intactos, etc (GONZALES, 1993).

Tipos de sítios mais frequentes no Brasil (de acordo com o tipo de vestígio)

- 1) Sítios cerâmicos – geralmente localizados nas margens dos rios, estes sítios tem como principal característica a abundância de fragmentos cerâmicos encontrados em solo de terra preta (de origem antrópica). Na Amazônia, os locais com terra preta, são comumente associados a sítios arqueológicos. Entre os sítios cerâmicos existem aqueles dedicados a moradia (sítio-habitação), a enterramentos (sítio-cemitério) ou as duas atividades.
- 2) Sambaquis – Sítio arqueológico cuja composição predominante é de conchas. Apresenta-se como uma pequena colina arredondada, constituída quase que exclusivamente por carapaças de moluscos. Os sambaquis podem chegar a 30 metros de altura.
- 3) Sítios com arte rupestre – na Amazônia os sítios com pinturas rupestres estão situados em serras ou em locais distantes dos grandes cursos d'água. As pinturas têm como suporte paredões a céu aberto e paredes de abrigos e cavernas. A grande maioria dos sítios com

gravuras rupestres na Amazônia está situado junto aos cursos d'água, geralmente nos afloramentos rochosos localizados próximo a cachoeiras. Mas também se encontram gravuras rupestres em abrigos e cavernas localizadas em serras e em extensos lajeiros próximos ou não dos rios.

4) Sítios líticos – São locais onde o principal vestígio arqueológico são artefatos produzidos em pedra ou locais onde as rochas apresentam marcas de utilização para a confecção de objetos como o caso dos amoladores e afiadores. Os sítios líticos podem ter tido ocupação permanente ou temporária (sítios oficina = locais onde se encontram apenas evidências da fabricação de artefatos).

Outros sítios são os *sítios históricos*: engenhos, fortalezas, missões religiosas, quilombos, etc. O ramo da arqueologia que estuda estes sítios é conhecido como Arqueologia Histórica e se caracteriza pelo estudo de vestígios que evidenciam influência européia, para a qual se dispõe também de documentos escritos. Os sítios subaquáticos, constituem um campo da investigação arqueológica voltado para a recuperação dos testemunhos materiais submersos, tais como navios naufragados, cidades submersas, materiais lançados intencionalmente ou não e que se encontram submersos (históricos ou pré-históricos). É praticado tanto nos mares e oceanos como nos rios e lagos e até em grutas inundadas.

Os sítios pré-históricos mais atraentes ao turismo são os sítios com arte rupestre caracterizados por inscrições (pinturas ou gravuras) deixadas pelo homem em suportes fixos de pedra (paredes de abrigos, grutas, matacões, etc.).

3. Pesquisa e planejamento nas áreas da arqueologia e do turismo.

No planejamento do turismo em sítios arqueológicos é possível observar alguns procedimentos que, além de facilitar a visita e a visualização das gravuras e pinturas rupestres, objetos e obras arquitetônicas, podem ajudar na conservação, principalmente com retorno financeiro e promovendo a auto-sustentabilidade ao sítio. Os procedimentos foram elaborados a partir de experiência de campo e de metodologias sugeridas em WWF (2003), Oliveira (2003), Boo (1995), Camargo (1998) Pereira (2002) e Figueiredo (2003, 2004).

A criação de uma equipe multidisciplinar é imprescindível, no que se refere à pesquisa e à difusão/visitação do local. Arqueólogos, geólogos, arquitetos, educadores e planejadores de turismo necessitam estar afinados na realização da pesquisa, que pode preceder o uso turístico e educativo, ou podem ocorrer simultaneamente, se for um sítio muito grande e com muitas informações. No entanto, a pesquisa sempre é o início, e somente depois que ela estiver estabilizada, a utilização para visita pode vir a ocorrer.

A definição, a partir de pesquisas, de áreas que podem ser reveladas ao público e áreas que não podem receber visita é um segundo momento. Um pré-zoneamento do sítio em função das variáveis ambientais que



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007

são encontradas na área, das ameaças que podem vir do próprio ambiente e de ações antrópicas de outra ordem e da própria possibilidade de visitação.

No isolamento das áreas intangíveis devem ser levados em consideração aspectos referentes à fragilidade das artes/objetos/obras, à importância cultural e à existência de outras atrações semelhantes no local com menores possibilidades de ameaças.

A identificação das áreas que podem receber a visitação e ações educativas deve se dar de acordo com o que a pesquisa indicar como mais frágil e menos frágil, mais representativa e menos representativa. Dessa forma, cria-se um zoneamento para cada sub-área onde é possível calcular a capacidade de suporte de visitação, levando em consideração as especificidades do patrimônio arqueológico.

Estruturas devem ser construídas para facilitar o acesso e a visualização/contato, onde for permitido, servindo também de instrumento de controle de visitação e impactos. Essas estruturas podem ser exemplificadas com estivas, pontes, mirantes, e dessa forma direciona-se o fluxo da visitação onde é indicado pela pesquisa.

Sinalização do sítio e do seu entorno deve ser realizada de acordo com as potencialidades e fragilidades da área do sítio.

A musealização e turistificação de zonas próximas ao sítio ou no próprio sítio são alternativas para diminuir o fluxo no próprio sítio ou em suas áreas mais frágeis. Isso pode ocorrer na preparação de áreas completamente artificiais, que ajudem na educação e diminuam a pressão sobre o sítio.

Criação de documentos informativos sobre os resultados das pesquisas relativas ao(s) sítio(s) e a importância daquele local para a pré-história da região. Quanto mais informações o visitante tiver sobre o local, maior as possibilidades dele compreender a importância de preservá-lo.

Deve haver capacitação de guias especializados para que sejam repassadas de forma correta as informações sobre o local visitado.

O envolvimento das populações próximas aos sítios arqueológicos é imprescindível em, pelo menos, dois momentos: durante a pesquisa arqueológica e, posteriormente, quando do uso turístico dos sítios. No primeiro momento, é importante levar ao conhecimento dessas comunidades o trabalho que está sendo realizado e sua importância. Esse processo deve ser feito através de um conjunto de ações de educação patrimonial que permitam sensibilizar as comunidades sobre a importância de conhecer o passado e a necessidade preservar o patrimônio arqueológico; se os sítios estudados forem expostos à visitação turística, as comunidades também deverão participar fazendo parte nas decisões e colaborando com elas. Dessa forma, as comunidades desenvolvem o sentimento de pertencimento para com o patrimônio que as rodeia, transformando-se nos seus principais guardiães. A relação entre pesquisa arqueológica, turismo/visitação e população local é o tripé onde deve ser firmadas as metodologias de planejamento de áreas com sítios arqueológicos.

A pesquisa arqueológica e de uso turístico deverá conter as seguintes variáveis⁴:

⁴ As variáveis arqueológicas (I a XI) foram baseadas na ficha de cadastro de sítios arqueológicos do IPHAN.



- I. Identificação do Sítio - 1. Sigla do Sítio: Informar a sigla do sítio conforme cadastro no IPHAN (se houver); 2. Outros nomes atribuídos ao sítio: Informar outros nomes pelos quais a população local conhece o sítio.
- II. Localização - 1. Estado: Informar o nome do estado onde o sítio está localizado; 2. Município: Informar o nome do município onde o sítio está localizado; 3. Localidade: Informar o nome da (ou das) localidades mais próximas ao sítio; 4. GPS: informar as coordenadas GPS do sítio (pode ser mais de uma). Especificar que vestígios arqueológicos são visíveis na área onde foi tirado o ponto GPS; 5. Acesso: descrever percurso desde a cidade mais próxima até o sítio. Informar se o acesso é feito por via terrestre (estrada) ou fluvial (voadeiras/barcos). No caso de acesso terrestre informar o tipo de veículo usado (carro 4x4 ou de passeio), nome das estradas, ramais e desvios. Quando o acesso for fluvial informar tipo de veículo usado (voadeira, barco, etc), o nome dos rios, furos. Em ambos casos informar o tempo de percurso, a quilometragem, as condições das estradas e ramais, o período de seca dos rios, a potencia do motor das voadeiras e lanchas.
- III. Caracterização do Sítio - 1. Tipo de sítio quanto a sua exposição: A céu aberto, abrigo, caverna, submerso, outros; 2. Tipo de sítio quanto ao período: Pré-colonial, de contato, Histórico; 3. Tipo de vestígio arqueológico: Arte rupestre, cerâmica, lítico, polidores/afiadores, sobre concha, sobre material orgânico, material histórico; 4. Unidade geomorfológica: Planície; Planalto; Serra; 5. Compartimento topográfico: Topo; meia encosta; base de vertente; rio; planície de inundação; 6. Descrição do sítio: Informar dimensões aproximadas, altura em relação ao nível do mar, fonte de água mais próxima, presença de vestígios em superfície, tipo de arte rupestre (pintura, gravura, gravura pintada).
- IV. Histórico do Sítio - Apresentar o relato histórico baseado na documentação escrita (e disponível) sobre o sítio. Relacionar essa documentação em ordem cronológica.
- V. Informações Arqueológicas sobre o Sítio - Informar de maneira sumária os resultados das pesquisas arqueológicas realizadas no sítio.
- VI. Estado de Conservação do Sítio - 1. Quanto a grau da sua integridade: Mais de 75%, entre 25 e 75%, menos de 25%; 2. Fatores de destruição: Intempérie, atividades agrícolas, construção de estradas, construção de moradias, vandalismo, biológico (raízes, insetos, fungos etc.)



- VII. Propriedade da Terra - Área pública, área privada, área militar, área indígena; Caso o sítio arqueológico esteja em área privada informar; Nome do proprietário do terreno; endereço; CEP; cidade; UF; e-mail; fone/fax; ocupante atual.
- VIII. Uso Atual do Terreno - Uso urbano, estrutura de fazenda, pasto, via pública, plantio, não utilizada.
- IX. Proteção Legal - Unidade de conservação; em área tombada ; patrimônio da humanidade
- X. Caracterização da Paisagem no Entorno do Sítio e do Acesso - a) tipo de acesso: Considerando o nível de um adulto entre 18 a 35 anos, normal, será considerado o grau de esforço chegar ao sítio - Alto impacto. Médio impacto. Baixo impacto; b) paisagem do entorno: visibilidade da paisagem, características da paisagem; c) importância arqueológica; d) Impacto visual do sítio; Descrição do acesso
- XI. Prática de Visitação Turística - Existente; inexistente; Caso afirmativo descrever essa prática; Agência; particular
- XII. Infra-Estrutura de Visitação e Estada - Escada, estivas, alojamento, teleférico, etc.
- XIII. Divulgação do Sítio – inexistente; existente: Cartaz, web, folder, jornal, revista, cartão postal , etc

Quanto ao plano de gestão e uso público, as atividades serão norteadas a partir da pesquisas e das variáveis acima, com resultando em estudos de capacidade de carga e de zoneamento turístico de acordo com: 1) a importância dessas zonas; 2) graus de fragilidade; 3) possibilidades de instalação de estruturas de acesso e observação; 4) atração em função da relação importância do sítio X paisagem. Estas questões poderão ser melhor definidas a partir dos resultados da pesquisa arqueológica. Esses resultados permitirão criar um micro-zoneamento no sítio o qual definirá a existência de áreas que poderão ou não ser visitadas.

4. Pesquisa e Planejamento no Parque Estadual Monte Alegre, Baixo Amazonas.

O município de Monte Alegre, localizado no baixo Amazonas, tem como principal atrativo turístico pinturas rupestres localizadas num conjunto de três serras situadas a cerca de 40 km a oeste da sede municipal. As pinturas rupestres dessas serras são conhecidas e visitadas há muito tempo sendo que alguns dos seus visitantes não hesitaram em deixar registrada na rocha a sua passagem.

A grande quantidade de recursos com potencialidade para serem Atrativos Turísticos fazem do Parque Estadual Monte Alegre (PEMA) um dos principais da região. O encontro de



potencialidades arqueológicas, geológicas, faunísticas e florísticas transformam o PEMA em um dos principais atrativos da Região Amazônica. No Brasil, poucos são os locais que aliam essa série de características.

Na análise dos recursos do parque, foram utilizadas variáveis para classificar os recursos e verificar quais os que melhor receberiam fluxo de visitantes e como seriam esses fluxos e as estrutura facilitadoras. 1) Existência de recursos que podem vir a ser atrações; 2) Quantidade e concentração de atrações; 3) Qualidade de atrações a partir de hierarquia de potencialidades; 4) Características da paisagem a partir de sistemas de referência para turismo; 5) Fatores limitantes a partir de quadros de fragilidade arqueológico, geológico, faunístico, pedológico, florístico; 6) Acesso.

Foram definidas três categorias de recursos com potencialidade de serem atrativos. Essa metodologia adaptada de Boo (1995), Figueiredo (1999, 2004) e Figueiredo e Manhi (2006), Embratur (1978) Boullon (1986) e Cifuentes (1992), diz respeito à indicação das principais atrações que comporão o roteiro básico e deverão receber melhorias e estruturas para facilitar e controlar sua visitação, de acordo com as variáveis mais importantes para cada aspecto do atrativo (arqueologia, geologia, geomorfologia, zoologia, botânica), suas fragilidades e configurações específicas relacionadas com as principais variáveis referentes aos aspectos turísticos do lugar (acesso, possibilidades de visualização da paisagem, qualidade da paisagem perceptível, índice de insolação, condições ótimas de visitação).

Categoria 01 – Essa categoria diz respeito aos principais atrativos do parque, classificados como essenciais para serem visitados. A importância arqueológica é alta.

Categoria 02 – Essa categoria, apesar de ter grande importância, após analisada as características de visitação, tem valor abaixo da primeira categoria, considerando todas as variáveis citadas anteriormente.

Categoria 03 – É formada por recursos que num primeiro momento não seriam atrativos, mas de acordo com o tipo de público, com as alterações no parque e revisões de seu plano de manejo, podem vir a ser atrações. Suas características importam na proteção integral desses recursos ou de acesso.



Figura 01 – Pintura Rupestre na Serra da Lua – Parque Monte Alegre/PA

A partir da hierarquização dos recursos/atrativos, foi possível estruturar roteiros que, adequando-se à estrutura de funcionamento do parque, demonstram os públicos potenciais e as capacidades desses recursos. Dessa forma, o uso dos sítios arqueológicos pelo turismo ganham uma dimensão de planejamento adequado e de controle de visitação nos mesmos.

5. Pesquisa e Planejamento no Parque da Serra dos Martírios/Andorinhas, Sudeste do Pará

Uma das grandes preocupações relacionadas com a Serra das Andorinhas é a preservação dos sítios arqueológicos. Nessa serra, localizada no município de São Geraldo do Araguaia, no sudeste do Pará, alguns sítios constituem-se em abrigos com pinturas rupestres que foram sumariamente documentados e por isso mesmo, as informações sobre eles são bastante restritas. Apesar disso, alguns sítios têm sido prejudicados pela ação de visitantes desinformados sobre a importância do patrimônio arqueológico. Um exemplo é o sítio Abrigo da Neblina, que é palco todos os anos de uma festa religiosa. Durante uma semana, romeiros e visitantes acampam na área do sítio e no seu entorno, cumprindo uma tradição que vem de longa data (MATTOS, 1999). A parede do abrigo onde se concentram as pinturas pré-históricas é a área preferida pelos grafiteiros para deixar seu registro (PEREIRA, 2003).



Figura 02 – Inscrições Rupestres na Serra das Andorinhas – Parque da Serra dos Martírios/Andorinhas

No entorno da Serra das Andorinhas, nas margens do rio Araguaia, existem dois outros importantes sítios com gravuras rupestres - a Ilha dos Martírios e a Pedra Escrita – cujo acesso é relativamente fácil e cujas gravuras podem ser visualizadas com nitidez. Esses locais estão sujeitos a riscos de toda natureza entre os quais destacamos:

- a) A conformação do ambiente do vale cortado pelo rio Araguaia, por ser um rio cujo leito possui muitas pedras, e que provocam a formação de corredeiras. Durante a alternância de estações, seca e chuvosa, o rio tem uma movimentação de cheia e seca muito significativa, onde parte da ilha dos Martírios, durante a cheia, fica submersa e cada período de seca, os bancos de areia cobrem diferentes painéis. O primeiro grande risco para a conservação é exatamente esse movimento anual, mesmo que causado por fatores ambientais.
- b) Segundo informaram alguns guias locais vários pedaços de rocha com gravuras foram retirados por visitantes para a formação de coleções particulares. Esta prática é facilmente reconhecível em vários pontos da Ilha dos Martírios.
- c) Projetos desenvolvimentistas na área têm provocado interferência física direta. É o caso da implantação de marcos de concreto para balizamento topográfico ao lado de painéis com gravuras rupestres na ilha dos Martírios.
- d) O turismo, da forma que vem sendo realizado, pode apresentar uma ameaça aos conjuntos rupestres desses sítios. Geralmente, a ilha dos Martírios é freqüentada por quatro tipos de visitante: a) os pesquisadores; b) os moradores da comunidade de Santa Cruz e seu entorno; c) os visitantes de cidades próximas, principalmente Xambioá, no estado do Tocantins e São Geraldo do Araguaia, no Pará, em busca de lazer; e d) os turistas nacionais ou estrangeiros. No caso do turismo, os roteiros eram, até pouco tempo atrás, operados pela Fundação Serra das Andorinhas, que levava os turistas para conhecer cachoeiras, trilhas e as gravuras rupestres da ilha dos

Martírios, um dos principais atrativos do produto vendido. Os grupos ficavam hospedados na sede da fundação, em um alojamento bem próximo a ilha.

Durante a visitação desses grupos à ilha, a identificação dos principais conjuntos de gravuras rupestres é feita através da colocação de areia (muito abundante na ilha) no baixo relevo que formam as inscrições. Esse procedimento é feito pelos guias ou moradores locais (FIGUEIREDO 2003, 2004). Informações sobre a origem das gravuras rupestres, a quantidade, os índios que as produziram e o significado de cada uma delas (sol, jacaré, pássaro) são repassadas ao visitante a partir da interpretação do próprio guia sem qualquer amparo científico. Por outro lado, não há qualquer tipo de supervisão para visitação da área, nem estruturas que facilitem o percurso no sítio e que garantam a segurança do visitante e a proteção ao patrimônio. Algumas agências de turismo também operam na Ilha dos Martírios, que é vendida como um dos principais atrativos da área, juntamente com o sítio Pedra Escrita, e as cavernas. Algumas agências de turismo das cidades de Palmas e Araguaina (TO) operam esses passeios, enquanto outros guias fazem roteiros específicos para estudantes e pesquisadores.

A construção da hidrelétrica de Santa Isabel é talvez a principal ameaça ao conjunto de gravuras rupestres da região dos Martírios. Até onde é de conhecimento público, a construção dessa hidrelétrica não será realizada, no entanto, caso venha a acontecer no futuro, as águas da barragem irão inundar permanentemente a ilha dos Martírios e as margens do rio. Será o maior impacto já causado pelo homem nessa região.

A área da Serra das Andorinhas está localizada em duas unidades de conservação: o Parque Estadual da Serra dos Martírios/Andorinhas, criado em 1996 e a Área de Proteção Ambiental São Geraldo do Araguaia, criada em 1996, ambos ainda sem plano de manejo.

No pré-zoneamento da área foram definidas quatro zonas para uso turístico ou não-turístico. É preciso, no entanto, observar que, mesmo com a elaboração de um plano de manejo, muitos estudos necessitam de sistemática e aprofundamento, principalmente nas áreas da arqueologia, pois o conhecimento e manejo são instrumentos essenciais na elaboração de um zoneamento geral e do zoneamento turístico mais específico. As principais zonas ficaram assim definidas:

a) Zona de uso intensivo - para a atividade econômica turismo, essa zona corresponderia às áreas que, apresentando recursos de alta atratividade, ou média, conseguem receber um impacto mais sistemático de atividades antrópicas, seja para instalação e manutenção de estruturas e serviços turísticos, seja para uso recreacional.

b) Zona de uso extensivo - essas zonas correspondem a um uso menos intenso dos recursos, e mais distribuído espacialmente, causando um impacto menor nas áreas naturais.

c) Zonas intangíveis – esse tipo de zona é escolhida de acordo com as necessidades das características geo-ecológicas da área. Também, a partir da distribuição de zonas também pelo Parque.



d) Zonas de uso especial - as zonas de uso especial serão aqui caracterizadas por áreas que tenham um tratamento diferenciado do restante do Parque, quer pelas estruturas administrativas, quer pela forma de visitação que obedece uma capacidade de suporte restrita, com delimitação de público alvo.

e) Zona Arqueológica (Zona histórico-cultural) - As pinturas e gravuras rupestres, que representam um dos principais recursos da área, com apelo inclusive internacional, deve ser um dos principais aspectos no estudo da relação visitação e sua preservação. A Ilha dos Martírios, que administrativamente pertence ao Estado do Tocantins, deve ser um caso a parte. A partir de estudos arqueológicos aprofundados, é necessário que se ofereçam condições de promover a conservação da ilha e seu patrimônio arqueológico. A turistificação da Ilha dos Martírios permitirá a administração da mesma e o controle de visitantes. O cálculo de capacidade de carga diz respeito, inicialmente, ao estudo arqueológico da área (PEREIRA, 2001 e PEREIRA e FIGUEIREDO, 2005), com metodologia adequada ao uso turístico da grande quantidade de inscrições na superfície das rochas da ilha.

6. Conclusão

O encontro do patrimônio arqueológico é um dos mais fascinantes na atividade turística, pois remete o visitante ao passado, a outras realidades e ao mistério de nossa origem. Esse aspecto e a segurança das viagens fazem com que um número cada vez maior de turistas busque a visita a esses locais. No entanto, na maioria das vezes os sítios arqueológicos não estão preparados para esse uso. É necessário, portanto, que se utilize o turismo no auxílio da manutenção desses sítios, e não como um elemento que propicie a destruição, que é o que acaba acontecendo, com a retirada indevida de material arqueológico ou pichações nos paredões com arte rupestre.

É importante perceber o quanto essa atividade pode trazer benefícios, não só na formação das pessoas que visitam um sítio, quando se explica a origem do lugar e de seus habitantes, mas também no aspecto pedagógico, na passagem de informações e preceitos sobre o respeito ao patrimônio e o respeito à diferença.

A principal contribuição é a possibilidade do uso de metodologias de pesquisa e planejamento mais qualificadas, multidisciplinares, com respeito pelo patrimônio cultural e natural da humanidade.



Referências

- BOO, Elizabeth. O Planejamento Ecoturístico para áreas protegidas. In: LINDBERG, Kreg, HAWKINS, Donald (org.). *Ecoturismo: Um Guia para Planejamento e Gestão*. São Paulo: Ed. SENAC, 1995. p. 33 – 57.
- BOULLON, Roberto. *Planificación Del Espacio Turístico*. México: Trillas, 1986.
- CAMARGO, PAULO. O aproveitamento dos vestígios arqueológicos para o turismo: potencialidades de Iguape/SP. In: *Boletim de turismo e de Administração Hoteleira*. SÃO Paulo, vol. 7 n. 1, maio, 1998. p. 42-55.
- CIFUENTES, M. *Determinación da Capacidad de Carga Turística en Áreas Protegidas*. Turrialba, Costa Rica: WWF, 1992.
- EMBRATUR. *Inventário da Oferta Turística*. Rio de Janeiro, 1978.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima et al. *Parques e Turismo: Estudos de Planejamento do Parque da Serra das Andorinhas-PA*. Belém, 2004, mimeo. 34 p.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima. *Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA/UFPA, 1999. 207 p.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima. Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável. Alternativa de desenvolvimento para a Amazônia? In: FIGUEIREDO, Silvio Lima (Org.). *O Ecoturismo e a Questão Ambiental na Amazônia*. Belém: Ed. NAEA/UFPA, 1999b. p. 75-126.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima. Parque da Serra das Andorinhas, gestão e participação. In: GIMENES, Maria Henriqueta (org.). *Oportunidades e Investimentos em Turismo*. São Paulo: Ed. Rocca, 2003. p. 93-105.
- FIGUEIREDO, Silvio Lima, MANHI, Carlos. Análise Comparativa de Paisagem em Turismo: sistemas de referência. In: RUSCHMANN, Doris, SOLHA, Karina. *Princípios do Planejamento turístico: teoria e prática*. São Paulo: Ed. Manole, 2006.
- GONZÁLES MORALES, Manoel R. La difusión de los hallazgos de arte rupestre. In: *La protección y conservación del arte paleolítico*. Asturias: Servicio de Publicaciones del Principado de Asturias, 1993, p. 181-184.
- MATTOS M.V.B. Os cantos do “Divino da Casa de Pedra”: Reflexões sobre alguns aspectos lingüísticos. *Boletim Casa da Cultura de Marabá*. Marabá-PA. 1999, p. 6-24.
- OLIVEIRA, Fernando. *Capacidade de Carga nas Cidades Históricas*. Campinas/SP: Ed. Papirus, 2003. 178 p.
- PEREIRA, Edithe. Arte rupestre na Amazônia – Pará. São Paulo: Unespe, Belém: Museu Emílio Goeldi. 245 p. 2003
- PEREIRA, Edithe. Arte rupestre na Amazônia – um patrimônio ameaçado. IN: *Fundamentos*. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano. V.1, n.2, 2002, p.233-241
- PEREIRA, Edithe. Testimony in Stone: Rock Art in the Amazon. In: Colin McEwan; Cristiana Barreto; Eduardo Neves. (Org.). *Unknown Amazon*. Londres: The British Museum Press, 2001, v. , p. 214-229
- PEREIRA, Edithe; FIGUEIREDO, Silvio Lima. Arqueologia e turismo na Amazônia: problemas e perspectivas. *Cadernos do LEPAARQ - textos de arqueologia, Antropologia e Patrimônio*, Pelotas - RS, v. II, n. 3, p. 21-36, 2005.
- WWF. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária*. Brasília, 2003.



ANPTUR

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM- 27 a 28 de agosto de 2007

ANEXO 01

MAPA DO ESTADO DO PARÁ

